

PLANO MISSIONÁRIO GLOBAL

***DOCUMENTO OFICIAL APROVADO PELA COMISSÃO EXECUTIVA
DO SUPREMO CONCILIO PARA NORTEAR A CAMINHADA MISSIONÁRIA
DA IPI DO BRASIL***

***SECRETARIA DE MISSÕES
DA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DO BRASIL***

LONDRINA

1996

PLANO MISSIONÁRIO GLOBAL DA IPI DO BRASIL (PMG)

1. MÓDULO TEOLÓGICO

1.1. Bases Missiológicas

1.1.1. Pressupostos

1.1.1.1. O presente Plano Missionário Global (PMG), cuja primeira edição data de 16 de Janeiro de 1992, apresenta-se como texto-base para a reflexão e a ação missionária da IPI do Brasil.

1.1.1.2. O Plano Missionário Global prevê a sua própria revisão a cada cinco anos, a contar da presente data, a fim de possibilitar sua atualização constante.

1.1.2. Consulta Missionária de 1992

1.1.2.1. A II Consulta Missionária da IPIB, realizada em Londrina, Paraná, de 29 de janeiro a 02 de fevereiro de 1992, assentou as bases missiológicas da Igreja, consubstanciadas no livro Paixão Missionária, que encerra o rico material daquela reunião.

1.1.2.2. O PMG incorpora esse material como sua base missiológica, resumida aqui pelo documento conhecido como “Declaração à IPIB”, transcrita a seguir:

DECLARAÇÃO DA 2ª CONSULTA MISSIONÁRIA DA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DO BRASIL

Os participantes da 2ª Consulta Missionária da IPI do Brasil reconhecemos e declaramos:

a) que as próprias igrejas locais são agentes da missão e que missões são programas de avanço da Igreja visando a execução do mandato missionário, que envolve atingir o mundo tanto no plano espiritual como social;

b) que, para missionar no Brasil, é preciso levar em conta, também, as condições de nosso próprio continente, com o qual temos problemas comuns, cujos desdobramentos nos têm conduzido às contradições de nossa sociedade;

c) que a base missiológica é a promessa e a vinda do Reino, já revelado na vida, morte e ressurreição de Cristo e confirmado pelo Espírito Santo em Pentecoste;

d) que se impõe, urgentemente, aprendermos a fazer uma leitura missionária da Bíblia, para que evitemos os perigos do doutrinismo, do individualismo, da espiritualização e do moralismo, que nos impedem de compreender com clareza a essência viva do Evangelho de Jesus Cristo.

Sugerimos, para exame e adoção por parte da Igreja, as seguintes considerações e propostas:

1) Quanto à formação de missionários

A missão da Igreja é tarefa de todo o povo de Deus, baseada na doutrina do sacerdócio universal dos crentes e exercida de acordo com os dons e ministérios que o Espírito Santo a ele concede.

A formação missionária começa na igreja local e deve chegar até os seminários teológicos, a fim de que se faculte o exercício de modelos missionários consoantes com a própria diversificação de dons, preservando assim a identidade teológica e missiológica reformada.

2) Quanto à base missiológica

O Deus que é o Criador, Redentor, Libertador e Senhor da criação age na história humana com propósito salvífico, de que faz parte a Igreja como instrumento do Reino, pois ela, chamada e enviada por Deus, deve ser submissa à própria missão de Deus.

O ministério de Jesus foi impregnado da ação do Espírito Santo e pela mesma deve a Igreja ser motivada e capacitada para o cumprimento da missão, até que Deus reúna em Cristo todas as coisas.

3) Quanto à estratégia missionária

Há um vazio na IPI quanto à questão de estratégia missionária, assunto que toca à Igreja discutir, porque uma boa estratégia é indispensável para a eficácia do seu trabalho missionário. Toda estratégia deve ser profundamente contextualizada, em razão do que, não existem padrões estabelecidos e definidos.

A consecução desses objetivos deve contar com a produção de materiais didáticos adequados e com treinamento e reciclagem de líderes (ordenados e não ordenados) que são fundamentais para a caminhada da Igreja.

4) Quanto à mobilização e estrutura missionária da Igreja

Em sua mobilização missionária, inspirada no modelo da primeira mobilização feita por Jesus enviando seus discípulos a Jerusalém, Judéia e Samaria, é necessário que a Igreja leve em consideração as diferentes situações do mundo em que vivemos, desenvolva uma teologia missionária competente, acompanhe e promova a implantação de seus projetos de secretarias locais, presbiteriais e sinodais.

5) Quanto à espiritualidade missionária

A espiritualidade cristã e missionária, gerada pelo Espírito Santo, é marcada por um fiel ensino da Palavra, por uma amorosa atitude de oração, por uma transparência em todos os relacionamentos sem qualquer tipo de discriminação e pela manutenção de uma constante atitude de oração, manifestada no culto individual e comunitário que celebra a presença de Deus entre nós.

6) Quanto ao missionário no contexto da legislação eclesiástica

Deve-se buscar uma reforma da Constituição da IPI do Brasil para que o missionário não-ordenado bem como o evangelista (homem ou mulher), encontrem abrigo legal para o exercício do seu ministério.

APELO

Que todas estas sugestões se tornem, nas mãos de Deus, uma realidade muito expressiva em nossa Igreja e que, sob a direção do Santo Espírito, possamos glorificar o nome augusto do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, a quem seja dada toda a honra e louvor.

OS PARTICIPANTES DA 2ª CONSULTA MISSIONÁRIA DA IPI DO BRASIL LONDRINA, 2 DE FEVEREIRO DE 1992

1.1.3. Outras referências missiológicas para a IPI

1.1.3.1. A IPIB tem como norte realizar, através de sua Secretaria de Missões, outros encontros para debater a tarefa missionária, a fim de que a Igreja não perca a capacidade de se apropriar de novas perspectivas para essa tarefa.

1.1.3.2. Nesse sentido, a Secretaria de Missões realizará, a cada quatro anos, uma consulta missionária, que deverá envolver todos os concílios e setores da Igreja.

1.2. Estratégias Missionárias

A IPI do Brasil define-se por uma clara estratégia missionária, exarada no PMG desde sua primeira edição. Nem sempre foi assim. W. Read (Fermento Religioso nas Massas do Brasil) mostra que nossa Igreja cresceu no começo, em muito por causa das adesões, tendo em vista a pregação anti-maçônica. Os esforços de Eduardo Carlos Pereira, da Igreja de São Paulo e dos fundadores da IPI, de maneira geral, voltaram-se para o sustento dos obreiros (uma questão de honra), e isso não permitia maiores pretensões missionárias, em se tratando de uma Igreja nova e sem recursos. Vemos Eduardo Carlos Pereira, em 1921, declarando: “Ao céu se levanta não

só a súplica de macedônios, mas a grita dos que vêm o perigo de se arrear a bandeira da independência, em diversas regiões do nosso vasto campo” (Balanço Histórico da Igreja Presbiteriana Independente (1883 - 1921)). Pereira tinha noção das necessidades missionárias do país, mas a IPI tinha problemas internos, questões não resolvidas, suficientes para inibir seu ímpeto missionário.

Hoje, sabemos que missão implica compromisso, planejamento e ação. Não é possível fazer missão sem um profundo senso de responsabilidade cristã face à realidade brasileira.

1.2.1. A realidade brasileira

1.2.1.1. O processo histórico

A elaboração de novas estratégias leva em conta o desenvolvimento histórico de nosso país. O Brasil é o resultado desse processo complexo e diferenciado, que precisa ser conhecido pelos próprios brasileiros. Nesse sentido, não se pode olvidar a colonização portuguesa, voltada para a exploração do Brasil que, durante pouco mais de três séculos, sugou as forças produtivas e as riquezas da colônia, além de tolher seu desenvolvimento. Após a independência política (1822), o país viu-se comprometido com dívidas para com potências estrangeiras (como a Inglaterra), o que perpetuou sua dependência econômica em relação às nações em pleno desenvolvimento industrial. Vivendo da monocultura e dela dependendo, o Brasil sofreu o impacto da entrada de capitais estrangeiros a partir de 1930 (na ditadura Vargas) e no mandato presidencial de Juscelino Kubitschek (1956-61), o que forçou o seu ingresso no processo de desenvolvimento industrial, sempre atendendo aos interesses de fora do país. A queda de João Goulart (1964) por meio de um golpe de Estado, introduziu o país num tempo de contradições ainda maiores: houve um grande desenvolvimento industrial (às custas de empréstimos tomados dos tradicionais credores do país); porém, a distribuição de renda tornou-se mais injusta em relação à classe trabalhadora. Ademais, o fechamento político gerou uma paranóia contra toda idéia contrária aos ideais golpistas. Após mais de 20 anos de ditadura militar, um país desgastado política, social e economicamente iniciou um lento processo de abertura democrática, dificultado pela pior crise econômica de sua história. A redemocratização prosseguiu, apesar da crise. O país superou o trauma da morte do presidente Tancredo Neves, do impeachment de Fernando Collor de Mello e dos inacreditáveis números de nossa inflação. A miséria, porém, caminhou ao lado das reformas políticas e da estabilização institucional, como indesejável companheira de mais de 2/3 dos brasileiros.

1.2.1.2.1. Política

O Brasil tem no atual presidente um referencial de equilíbrio. Tendo, conforme pesquisas do final de 1995, apoio da maioria da população, Fernando Henrique Cardoso tem empreendido reformas em todos os níveis, manobrando com habilidade o complexo quadro político do país. Sua imagem se fortalece também no exterior. A experiência brasileira tem demonstrado, porém, que a questão política depende do quadro econômico. Sobre os partidos, há no momento bastante descrédito a respeito dos mesmos. Espera-se que a reforma de âmbito eleitoral fortaleça os partidos de maior sustentação ideológica e respaldo popular.

1.2.1.2.2. Sócio - Econômica

O empobrecimento dos Brasileiros é um fato. A classe média quase não se sustenta mais. São crescentes os índices de desemprego e os salários cada vez mais se desvalorizam. A massa de depauperados, de pessoas que não tem o que comer e onde morar, que por absoluta falta do que fazer (pois a sociedade não lhes dá espaço) e pelo desespero em que vivem são empurrados para a marginalidade e a criminalidade, constituí-se em um problema que parece não ter solução. A crise brasileira é também um grande problema para os pequenos e médios empresários, engolidos pelo grande capital. Outra preocupação é a aceitação tácita, por parte do governo federal, das doutrinas econômicas do neoliberalismo. Teme-se que tais ênfases superem as preocupações de natureza social. Se essa tendência de fato se consolidar, a distância entre o Brasil rico ou Brasil pobre (expressa no termo “Belíndia”, ou seja, traços da Bélgica e da Índia presentes no mesmo país) poderá provocar convulsões sociais com resultados imprevisíveis.

1.2.1.2.3. Religiosa

A colonização portuguesa trouxe consigo o catolicismo em sua versão conquistadora. Durante 3 séculos e meio as religiosidades indígena e negra foram sufocadas pela religião oficial (no caso indígena, quase que totalmente; no caso dos negros, estes conseguiram fazê-la sobreviver, inserida no catolicismo, num processo de sincretismo). O protestantismo chegou ao Brasil, para ficar, no século XIX, como resultado da imigração estrangeira (1824) e de missão evangelizadora (1855). Como religião minoritária, foi combatido pelo catolicismo (daí o seu espírito polêmico e apologético, presente ainda hoje). Plantou, porém, suas raízes na classe média brasileira, enquanto o catolicismo continuou sendo a religião da maior parte. Uma grande preocupação, hoje, tanto de católicos quanto de protestantes, são as chamadas “seitas evangélicas”, que não tem tradição histórica ligada à Reforma, mas que dominam o discurso e a prática neo-pentecostal. Há um extraordinário crescimento das mesmas, pois penetram nas classes média e pobre, usando de manipulação da boa fé popular e da exploração econômica da mesma. Há grupos extremamente organizados e poderosos (como a Igreja Universal do Reino de Deus). Acontecimentos recentes, como o do bispo da Igreja Universal que agrediu a imagem da Senhora Aparecida em pleno programa de televisão, têm provocado um ressurgimento da devoção católica, embora seja cedo para prognósticos sobre o fortalecimento da religiosidade tradicional. A imigração oriental no século XX trouxe para o país a sua religiosidade, que hoje se apresenta na forma de cultos e sociedades filosóficas, com grande penetração na mesma classe média onde está localizado o protestantismo. Ressalte-se também o contínuo crescimento das religiões afro-brasileiras, bem como do espiritismo kardecista, que têm grande facilidade de identificação cultural com boa parte da população. Há também grupos que pregam o esoterismo, procurando explorar o lado místico do povo brasileiro. Por fim, mencione-se o fenômeno neo-carismático, que atinge especialmente a classe média e a classe alta. Dentro do protestantismo, procuram minar

as bases denominacionais das Igrejas históricas, apelando significativamente para os chamados “dons extáticos” e para encontros bastante informais, com ênfase no atingimento dos jovens e adolescentes.

1.2.1.2.4. Sócio-cultural

O Brasil é um país de grande miscigenação racial, por força da combinação das três etnias fundantes (branca, negra e indígena), mas também por causa das correntes migratórias que para nosso país se dirigiram (grupos provenientes do Oriente, por exemplo). Daí, a riqueza racial, que se torna também riqueza cultural, tão ampla quanto diferenciada. Uma certa brasilidade vai se cristalizando como patrimônio popular comum, em meio a toda essa complexidade de tradições étnicas, raciais e histórico-culturais. Nota-se, porém, um esforço deliberado dos detentores dos meios de comunicação social (comunicação de massa) no sentido de promover e divulgar um estereótipo cultural de consumo, visando padronizar o comportamento das pessoas e sufocar as genuínas manifestações culturais das diferentes regiões do país.

Devemos reconhecer que o Brasil não é a democracia racial que se quer propalar. Os portugueses (brancos) impuseram-se, colonizando o país segundo seus interesses, dizimando os indígenas e sufocando quase que totalmente a sua cultura. Esta última continua sendo considerada exótica. No que se refere aos negros, pela sua própria história de escravidão, viram-se segregados e marginalizados, embora seu patrimônio cultural africano fosse partícipe ativo na formação da cultura brasileira. É correto dizer, porém, que ainda hoje a segregação racial mal se disfarça.

A sociedade brasileira sofre a ditadura cultural exercida pela classe hegemônica, que determina os padrões de comportamento aceitáveis socialmente. Assim, percebemos que traços marcantes da ideologia dominante, como o moralismo (fruto da tradição católica) e o machismo (resultado da organização familiar oriunda das tradições feudais portuguesas) manifestam-se fortemente em nossa sociedade. Uma irreverência de atitudes, que pode ser reconhecida como cultural, apresenta-se de forma latente na cultura e irrompe vigorosamente em festas como o carnaval, num contraponto aos valores estabelecidos socialmente. A classe hegemônica, porém, ao procurar manter sob controle as expressões culturais, busca torná-los estereótipos higienizados e bem comportados a serviço de seus interesses.

Dentro do processo de globalização vivido por quase todas as nações do mundo, a cultura brasileira vê-se ameaçada por inserções estranhas aos valores nacionais. Torna-se difícil a afirmação de nossos valores, até porque existem mecanismos que reforçam e superpõem uma certa “cultura universal” à cultura brasileira. Um exemplo disso são as programações para a juventude que emanam das emissoras FM e dos canais de TV por assinatura.

No que se refere à mulher, a sociedade brasileira, culturalmente moldada sob o predomínio do homem, impõe limites à participação feminina na família e na sociedade. A valorização da mulher está ligada especialmente ao seu papel de esposa e mãe, o que poderíamos chamar de “lugar de honra” na moral tradicional brasileira. A mesma sociedade, no entanto, explora a figura feminina através da comercialização do sexo, o que pode ser facilmente percebido nos comerciais nos meios de comunicação social.

A divisão da sociedade brasileira entre ricos (uma minoria) e pobres (a maioria absoluta) põe à vista outras contradições. As manias nacionais dos telefones celulares e da Internet contrastam com o sucateamento das escolas públicas brasileiras, especialmente as do nível básico. Pode-se afirmar que o problema educacional brasileiro é, hoje, o exemplo mais eloquente dos descompassos sociais que vive o país.

1.2.1.3. Grupos ou segmentos sociais potencialmente alvos da missão

A população pobre e carente constitui-se na maior parte dos brasileiros, e deve ser prioritariamente alcançada pela Igreja. É claro que a IPI, por sua situação histórica ligada à classe média, também tem uma importante missão a cumprir junto a esse segmento, exortando-o a não se apaixonar pela tentação do consumismo e do materialismo, bem como trazendo a seus fiéis desse estrato social uma mensagem de esperança no momento difícil pelo qual passam. Outra preocupação missionária deve voltar-se para grupos marginalizados racial, cultural e moralmente, como negros, índios, mulheres, crianças, idosos, drogados, homossexuais, aidéticos, etc. Segmentos étnicos importantes como japoneses, coreanos, chineses, devem também ser lembrados. E não podemos olvidar os segmentos sociais formados pelos trabalhadores, pelos estudantes, e grupos normalmente sem respaldo político-social, como posseiros, sem-terra e os chamados “bóia-frias”.

1.2.2. Descrição da prática missionária da IPI do Brasil

A IPI caracteriza-se por uma prática missionária nos moldes tradicionais, voltada para a evangelização pessoal e a expansão eclesial. Essa prática tem razões de conotação histórica e teológica, o que procuraremos abordar a seguir.

1.2.2.1. Histórico

Na introdução deste segmento sobre estratégia já fizemos menção à prática missionária adotada pela IPI. No passado nunca houve um plano elaborado com o rigor que a missiologia exige, embora tenhamos de reconhecer (e o fazemos com respeito aos homens e louvores a Deus) o esforço e a dedicação de todos aqueles que se envolveram com missões na IPI, desde 1903.

A Igreja organizou-se tendo Eduardo Carlos Pereira como Presidente da Comissão de Missões Nacionais. Era esse o órgão de comando da IPI, mas é engano pensar que o mesmo providenciou uma estratégia para a Igreja. Sua

tarefa principal (que era fundamental para a própria manutenção denominacional) era levantar fundos para o sustento dos obreiros nos seus campos, pois as igrejas não podiam arcar com os proventos dos pastores-missionários (os campos tinham enorme extensão, e eram poucos os obreiros). Ademais, considerava-se desafio principal a consolidação do Seminário e seu custo era elevado, sendo tremenda a luta pela construção de sua sede.

Depois da morte de Eduardo Carlos Pereira os Presbitérios procuraram assumir maiores responsabilidades, mas o fato é que faltava a devida estrutura para os Concílios projetarem-se de maneira organizada na missão. As questões políticas e teológicas (como a “Questão Doutrinária” do fim da década de 30) monopolizavam a atenção da Igreja. A expansão da IPI se fez, quase sempre, por causa da migração de membros para outras regiões ou pela iniciativa isolada de algum líder ou concílio.

No final da década de 30, por iniciativa da Igreja de Assis (interior de São Paulo) e da Comissão de Educação Religiosa e Atividades Leigas (CERAL), surgiu a Escola Missionária de Assis, primeira tentativa de formar obreiros para missões. A experiência, porém, não recebeu o devido apoio denominacional.

A criação da Junta de Missões, no ano de 1951, aconteceu num desses lances de intuição e circunstancialmente. A proposta dos Revs. Lutherio Cintra Damiano e Nicola Aversari visava atender necessidades emergenciais. Foi, porém, um primeiro e importantíssimo passo que a Igreja deu, e nosso trabalho atual, de certa forma, está complementando aquela iniciativa da Igreja. A Junta de Missões jamais pôde contar com um apoio total e a priorização de suas atividades no contexto denominacional. Talvez tenha conseguido sensibilizar mais as comunidades locais do que propriamente os concílios da Igreja. Por isso, seu trabalho sempre foi limitado, contando com poucos obreiros e mínimos recursos. No ano de 1955 a Junta de Missões enviou à campo seu primeiro missionário: o Rev. João de Godoy, que foi mandado para Manaus. Em 1956, substituiu-o o Rev. Mário de Abreu Alvarenga. Tais obreiros foram os pioneiros e, ao lado do Rev. Sebastião Gomes Moreira (em Brasília), por anos a fio, foram os únicos obreiros que a IPI mantinha em campos missionários. Foi um período de grande dedicação desses homens e de suas famílias, sem que a Igreja tivesse um envolvimento maior com missões.

Casos isolados devem ser destacados, como o da IPI do Jabaquara, em São Paulo, que constituiu, no ano de 1961, o “Fundo Missionário Antioquia”, que sustentou vários obreiros da IPI na Missão Caiuá, no Mato Grosso.

Na década de 70, com a participação ativa do Rev. Ryoshi Iizuka, deu-se um despertar missionário em nossa Igreja, com a Junta de Missões passando a agir mais corajosamente em relação às fronteiras inalcançadas. Campos pioneiros no Centro-Oeste, no Norte e Nordeste foram abertos e o número de missionários cresceu. De qualquer forma, isso acontecia em virtude da dedicação de um homem, mais do que em função de uma Igreja devidamente envolvida. As sucessivas diretorias da Junta não realizavam mais porque a IPI não tinha missões como uma de suas prioridades (no que se refere a isso, também no campo diaconal não conseguíamos ir além do Orfanato Betel, Sorocaba - SP, e de algumas iniciativas raras de comunidades em particular. O grande salto diaconal deu-se na década de 80, com a criação da Secretaria de Diaconia da IPI).

Uma significativa mudança em missões aconteceu a partir de 1981. Uma nova direção assumiu a IPI, disposta a mudar a situação. Entre outras áreas, missões foi lembrada e recebeu apoio, ganhando uma nova disposição administrativa e funcional. As condições dessa melhoria foram reforçadas com a instalação de um curso de Teologia com concentração em Missiologia no Seminário de Londrina, e com a fixação da Secretaria de Missões (a partir de 1985) no prédio do mesmo Seminário. Tal situação produziu um trabalho mais planejado e estruturado, e os frutos têm sido colhidos desde então: instalação do Departamento de Crescimento Integral de Igrejas, produção de material para evangelização e missões, cursos para reciclagem dos atuais obreiros e a instalação, em Janeiro de 1996, do Centro de Treinamento Missionário, em Cuiabá, MT. Considere-se também a reforma constitucional de fevereiro de 1995 que reconheceu o missionário leigo da IPI, definindo seu campo de ação. Essa evolução está propiciando, em consonância com uma postura positiva da Comissão Executiva do Supremo Concílio, uma experiência muito mais rica para a IPI em termos missionários.

1.2.2.2. Situação atual

64: Este é o número das famílias de missionários da Secretaria de Missões trabalhando com implantação de igrejas, ministério transcultural no exterior, entre indígenas no Brasil, entre grupos marginalizados, etc. Tais famílias estão envolvidas com os seguintes ministérios:

com implantação de novas igrejas - 29;

na retaguarda: Administração, divulgação da Secretaria de Missões e promoção de cursos em igrejas locais (desses, apenas 2 são de tempo integral) - 6;

com ministério entre drogados, prostituídos e portadores do vírus do HIV (AIDS) - 1;

missionários no exterior (Chile, Canadá e Moçambique) - 4;

missionários estrangeiros trabalhando com a IPI (Obreiros fraternos que dedicam suas vidas na implantação de igrejas, educação teológica, etc) - 26;

trabalhando com tribos indígenas nos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo (missionários da SMI cedidos à Missão Caiuá) - 8.

Total : 74 famílias de missionários

Todos esses irmãos responderam ao chamado do Senhor, dedicando-se integralmente à sua obra.

Já está funcionando o Centro de Treinamento de Missionários, na cidade de Cuiabá, que visa a capacitação de obreiros para trabalharem na obra missionária no Brasil e no exterior.

Com a reforma constitucional na IPI do Brasil, ocorrida em 1995, (seis) 6 missionários já foram licenciados para ministrarem os atos pastorais.

Atualmente, a Secretaria de Missões representa a IPIB junto à Missão Caiuá. A SMI também se relaciona com os departamentos missionários de outras Igrejas presbiterianas e reformadas do exterior.

1.2.2.3. Problemas

A seguir, são levantadas questões que nos preocupam, ligadas à ação missionária da Igreja que ainda precisam ser equacionadas:

-Campo Missionário- Tal expressão tem recebido uma compreensão apenas geográfica. A missão da Igreja não está ligada à distribuição de obreiros por um território. Um campo pode ser uma atividade ligada à assistência social ou à conscientização política a partir da ótica cristã. Um campo pode ser um grupo marginalizado ou étnico a quem se quer testemunhar do Evangelho. Há que se revisar o uso e o sentido da própria expressão.

-Colaboração inter-confessional - É preciso buscar ação missionária conjunta, inteligente e responsável, que não inflacione regiões já alcançadas pelas Igrejas evangélicas.

-Ação missionária global - Em que áreas podemos atuar no cumprimento da missão cristã, além da implantação de igrejas?

-Relação da SMI com Concílios e igrejas locais - De fato, não temos uma clara noção de onde termina a responsabilidade conciliar, e onde começa a tarefa da Secretaria. Às vezes, temos uma notória superposição de funções ou de trabalho.

-Integração de diferentes áreas de trabalho na IPI - Não se admite que a ação missionária possa ser realizada sem uma colaboração intensa entre as diferentes áreas de ação da Igreja.

-Entendimento teológico da missão - Um grande desafio para a nossa Igreja e para a SMI, em especial, é compartilhar com o povo de Deus a compreensão missiológica que tem sido o norte de todo o trabalho realizado desde a aprovação do PMG, em 1992. Harmonizar a compreensão teológica sobre missão significará um melhor envolvimento da Igreja na tarefa a ser cumprida.

1.2.2.4. Possibilidades

Os desafios missionários para a IPI podem ser encontrados no seu próprio campo histórico de ação:

- A classe média - É o estrato social onde se encontra o maior contingente de membros da IPI. Devemos trabalhar a mente e o coração desses irmãos, de tal forma que possam atuar decisivamente na evangelização e no testemunho cristão holístico.

- As cidades médias e grandes - Palco do empobrecimento da classe média brasileira, também são lugares onde a massa de pobres tende a aumentar. A IPI deve exercer intenso testemunho evangélico com ação social a partir de suas comunidades locais já existentes, com a instalação de serviços na área diaconal, visando uma ação evangélica que possa beneficiar famílias pobres que vivem onde nossas comunidades se plantam.

- A zona rural - Muitas de nossas igrejas nasceram em sítios e fazendas. A IPI pode resgatar seu compromisso com o homem do campo, atuando em projetos de alfabetização, conscientização político-social, fixação do homem na zona rural, evangelização, isso tudo através da extensão do ministério de nossas comunidades localizadas em regiões onde há ampla possibilidade de atuação no meio rural.

- A intelectualidade - A evangelização de intelectuais (professores, cientistas, artistas, pesquisadores) está dentro da preocupação histórica da IPI com a compreensão e divulgação do Evangelho em termos compatíveis com o nível intelectual desse segmento privilegiado de brasileiros. A fé cristã protestante tem sido vilipendiada pelo “evangelho” obtuso, desinformado e ignorante de algumas igrejas e seitas, exigindo uma resposta esclarecida das Igrejas históricas. A IPI precisa, também por causa disso, ocupar-se com a missão voltada para os estudantes. O segmento jovem da Igreja, especialmente, deve ser orientado a envolver-se nesse sentido. Bem sabemos que não é a elite econômica do país que está nas universidades brasileiras, atuando como professores e alunos, mas sim a classe média, o que reforça a nossa responsabilidade.

- Grupos marginalizados - Para tais a missão é urgente, uma vez que encaixam-se diretamente na preocupação expressa de Jesus (Lucas 4:16-21). É preciso que a IPI dirija seus esforços missionários na direção dos grupos que pouco são lembrados pelos evangélicos. Vide 1.2.1.3 para o reconhecimento dos mesmos.

- Empresariado - Na IPI encontramos irmãos que encaixam-se nessa atividade econômica. Nosso trabalho com eles, porém, não deve ser dirigido simplesmente para que sejam gratos a Deus pelo que têm conseguido. É preciso mostrar que eles têm um compromisso inadiável para com os necessitados (Marcos 10:21-22), cristalizando sua ligação com o Reino de Deus.

- Grupos presbiterianos de origem asiática - Em conjunto com Igrejas Presbiterianas e Reformadas de origem asiática que atuam no Brasil (muito especialmente, em regiões onde a imigração asiática foi acentuada), a IPI pode auxiliar essas mesmas Igrejas a alcançarem as grandes comunidades étnicas que se radicaram no país. Isso pode ir da educação teológica até a cessão de obreiros para as mesmas, pois tais comunidades tem demonstrado dificuldade em alcançar a 2ª ou a 3ª geração de descendentes dos imigrantes, já ocidentalizados e aculturados.

- Grupos de fala portuguesa em outros países - Não somente na Europa, na África e na Ásia, onde há países de fala portuguesa, mas também em países como os Estados Unidos (onde há bolsões expressivos de fala portuguesa), a IPI pode atuar. Em especial, o envio de obreiros para essas regiões preenche uma necessidade que talvez não possa ser suprida pelas próprias igrejas dessas localidades.

- Missões Transculturais - A atuação missionária da Igreja deve se estender a todos os povos, culturas e regiões da Terra, no espírito de Atos 1:8. Assim, a Secretaria de Missões deverá direcionar esforços para atender situações onde,

isoladamente ou associada à igrejas e agências, entenda possível e oportuna sua atividade missionária. A articulação de tais projetos se fará através do Departamento de Missões Transculturais (Regimento da SMI, capítulo III, artigos 12 e 14) e, no caso específico de projetos associados, obedecer-se-á a seguinte ordem de prioridade: igrejas da família reformada, outras igrejas de confissão evangélica, e agências missionárias pára-elesiásticas.

1.2.3. Administração denominacional das estratégias missionárias

1.2.3.1. Política missionária denominacional

É importante que toda a IPI fale a mesma língua em termos missionários. Assim, espera-se que um grande esforço seja feito, no sentido de uma conscientização geral a respeito da vocação missionária da Igreja, bem como no apoio e envolvimento no Plano Missionário da Igreja. Comunidades locais, bem como os concílios, precisam envolver-se com a proposta missionária denominacional, pois a igreja local é a base de sustentação e desenvolvimento da ação missionária da Igreja.

1.2.4. Elaboração estratégica

Este segmento se propõe a fornecer pistas para a ação missionária, no contexto da IPI.

1.2.4.1. Questões contextuais

1.2.4.1.1. Religiosidade popular

O brasileiro, apesar de devidamente influenciado pelo consumismo da sociedade capitalista, é altamente religioso. Mesmo não frequentando uma igreja ou não sendo fiel a alguma religião, o brasileiro é uma pessoa mística e aberta para o sagrado. A religiosidade popular aceita, então, um sem número de composições religiosas de caráter sincretista, do norte ao sul do país. Esse sincretismo e essa religiosidade popular, que são fortemente emocionais e pouco se valem da razão (por isso, não há uma doutrina unificada, rígida), são um espaço para a atuação missionária da Igreja junto às camadas mais pobres da população.

1.2.4.1.2. O dado ideológico

Percebemos que em nossa sociedade impera o consumismo e que a vida humana volta-se prioritariamente para o ter. A ideologia do consumo faz com que creiamos que a vida se pauta pela busca do status social e pela satisfação imediata dos desejos. A mídia tem sido um instrumento poderoso de veiculação dessa ideologia. Sendo assim, cabe à Igreja manter-se vigilante com relação aos meios de comunicação social, defendendo sempre uma posição de crítica à mentalidade consumista. Afinal, o consumismo é a própria negação da vontade de Deus.

Por outro lado, há também uma manipulação da religião que se coloca à serviço de grupos, desejosos de manter e conquistar espaço e poder na sociedade brasileira. Diríamos, então, que a ideologia do livre mercado e a religião se mostram no Brasil como instrumentos poderosos de manipulação.

1.2.4.1.3. Crise da classe média

Já nos reportamos a isso algumas vezes. A classe média vê sua situação degenerar-se, sem muita esperança de que isso possa ser revertido. O problema econômico tem criado intenso conflito social, familiar e existencial. A Igreja precisa ter uma palavra de fé e esperança para a classe média, sem cair em extremismos e fanatismos, exemplificados na chamada “teologia da prosperidade”.

1.2.4.1.4. Exploração e miséria

O Brasil é um país de pobres, pessoas à margem da vida por causa da afluência iníqua de muitos empresários e banqueiros, estes associados ao capital internacional. O país precisa escutar a voz de Deus através da ação profética da Igreja, na denúncia das arbitrariedades e da opressão exercidas pelos ricos e poderosos.

1.2.4.1.5. O problema agrário

Também no campo vemos a exploração e a desigualdade. A terra tem sido fonte de riqueza de uma minoria e não cumpre sua função social. A justiça de Deus precisa ser conhecida também no campo, e a Igreja tem parte nesse ministério profético. Nesse sentido, é preciso aprender os caminhos da ação cristã, comprometida e responsável, com Igrejas que já lidam com a questão fundiária.

1.2.4.1.6. Urbanização e desumanização

As cidades brasileiras incharam e a qualidade de vida tem se tornado cada vez pior, especialmente para aqueles que vêm da zona rural. Favelas e cortiços são o maior exemplo de como o ser humano é menos humano na cidade. Sua vida se deteriora e se desfaz. A desumanização alcança, porém, toda população urbana, atingida pela poluição atmosférica, fluvial, sonora e visual, pelo trânsito insuportável e pela falta de segurança. O inchaço das cidades brasileiras significa a própria desvalorização da vida, embora haja quem lucre com a mão-de-obra barata e abundante que provém daí. A missão urbana da Igreja é humanizadora; ou seja, procura recompor esse ser humano desfigurado, irreconhecível, em nova criatura, feita à imagem e semelhança de Deus.

1.2.4.1.7 Questão indígena

Os habitantes naturais desta terra, desde a conquista portuguesa, têm sido esquecidos e empurrados para uma total descaracterização. São aproximadamente 250 mil no Brasil, quando, na época do descobrimento, eram mais de 4 milhões. Nossa missão é levar o Evangelho de forma contextualizada às suas culturas, ao mesmo tempo em que apoiamos suas lutas pela terra e pela vida digna, plena de respeito e de liberdade. A ação da IPI deve priorizar o apoio à Missão Caiuá, ampliando o espectro de sua ação também para as áreas de conscientização social e política, através de associação com entidades que militam nesses campos.

1.2.4.1.8 Preocupação ecológica

A ação predatória e destrutiva do homem está desfigurando o nosso planeta. Em nosso país, o descaso para com a preservação do meio ambiente tem relação com interesses econômicos em regiões como a Floresta Amazônica. A bandeira da ecologia é a da defesa da vida. Sem exotismos, é preciso lembrar à sociedade de que Deus é o Senhor do Universo e exige sua preservação, a bem da própria humanidade.

1.2.4.1.9 Questão ético-moral

A sociedade brasileira passa por uma crise moral. Aquilo que aparece nos altos escalões (a corrupção, o nepotismo, o tráfico de influência) é reproduzido na vida do brasileiro, nos pequenos detalhes e nas situações do cotidiano. A crise moral tem de ser entendida à luz do processo formativo histórico e do sistema produtivo que sempre empurrou o mais indefeso brasileiro para a vida marginal. Porém, isso não explica tudo e está claro que a questão ética tem relação com a fragilidade das instituições (especialmente a família) - e daí as drogas e o desvirtuamento da moral sexual. A missão da Igreja nesse contexto é anunciar um Evangelho que transforma o egoísmo em amor ao próximo, objetivando o resgate das principais instituições que sustentam a sociedade, sem moralismos ou autoritarismos.

1.2.4.2. Questões eclesiais

1.2.4.2.1. Teologia exótica e desencarnada

A teologia dos evangélicos brasileiros tende a refugiar-se em uma redoma espiritualizante, onde a missão é reduzida à comunicação verbal pura e simples da mensagem da salvação. Tal quadro está agravado por doutrinas exóticas e anti-bíblicas: a “teologia da prosperidade”, a “confissão positiva”, a “maldição de família”, a supervalorização da demonologia, todas elas trazendo inegáveis prejuízos à vivência saudável

do evangelho e à fé bíblica cristã e reformada. Isto traz outros problemas, como o do completo abandono das questões que dizem respeito ao ser humano e à sociedade. Tem-se, então, uma teologia sem carne e, portanto, não são essas a teologia e a prática de Jesus, que se tornou carne (João 1: 14) para operar a nossa salvação, identificando-se conosco. Atentemos para o fato de que é exatamente essa teologia exótica e desencarnada que está na mente de muitos de nossos irmãos. Assim, nossa proposta missionária deverá contemplar um processo de re-educação teológica do povo de Deus.

1.2.4.2.2. Relação com outras Igrejas e Agências Missionárias

Se queremos servir, então temos de ser mais pragmáticos e menos apologéticos. Nossa tradição de polêmica não nos ajuda no aperfeiçoamento de uma estratégia missionária. Assim, devemos nos abrir para uma melhoria de relações com as diferentes Igrejas cristãs e agências missionárias, a fim de que possamos viabilizar algum tipo de colaboração: evangelística, social, educacional, política. Isso deve ser reforçado em relação às igrejas protestantes irmãs, prioritariamente com os grupos presbiterianos e reformados. Como relação às chamadas seitas evangélicas, a Igreja deve manter-se numa posição de análise crítica desse fenômeno, que tem apresentado distorções na proclamação do Reino de Deus.

1.2.4.2.3. Redescoberta do testemunho evangelizador

Nos últimos anos é possível perceber o quanto o entusiasmo pela evangelização decresceu em nossas comunidades. É provável que a ideologia do consumo, assim como um certo tipo de atividade cültica centrada em si mesma, tenham bloqueado o entusiasmo das igrejas, drenando o tempo e a dedicação dos seus membros, que acabam pensando mais em si próprios do que em seu compromisso com o Reino. É preciso combater essa falta de fé e de vida, enfatizando-se a redescoberta do testemunho evangelizador de cada crente. O evangelho deve moldar em nós um estilo de vida simples e missionário, no qual a proclamação e a vivência da fé sejam práticas constantes e naturais de nosso dia-a-dia.

1.2.4.2.4. Recomendações

Visando a viabilização dos vários aspectos deste Plano, recomenda-se:

1.2.4.2.4.1. O reconhecimento da cultura brasileira como patrimônio saudável para o estabelecimento de pontes missionárias;

1.2.4.2.4.2. Definição urgente e prioritária dos campos missionários e grupos que queremos alcançar como IPI do Brasil.

1.2.4.2.4.3. O desenvolvimento de projetos de missão integral para a IPI, no que diz respeito à Secretaria de Missões e à atuação da comunidade local e dos concílios;

1.2.4.2.4.4. Formação de pessoal especializado em reflexão e planejamento (missiólogos), bem como de pessoal habilitado para o trabalho em projetos que se quer viabilizar (missionários), com especial atenção para o treinamento de leigos.

1.2.4.2.4.5. Produção de material sobre reflexão missiológica, prática missionária e conjuntura brasileira, para os pastores e para estudo nas igrejas locais.

1.2.4.2.4.6 Incentivo e apoio ao trabalho missionário desenvolvido pelos concílios e igrejas locais, com especial ênfase no envolvimento dos leigos.

1.2.4.2.4.7. O incentivo à participação financeira dos leigos nos projetos missionários de concílios e igrejas locais.

1.2.4.2.4.8 O prosseguimento dos projetos de cooperação missionária inter-presbiteriana, com a celebração de acordos de colaboração missionária fraterna.

1.2.4.2.4.9 O prosseguimento e a intensificação de programas missionários de âmbito nacional e internacional em regime de parceria, que atendam às exigências das respectivas Igrejas parceiras e agências missionárias envolvidas.

1.2.4.2.4.10. O prosseguimento da ação da SMI no treinamento e na ajuda às igrejas locais e concílios, visando melhor equipá-los, bem como despertá-los para a obra missionária.

1.3. Formação e Reciclagem de Pessoal

1.3.1. Pressupostos

1.3.1.1. Teológicos

A formação do missionário, evangelista, missiólogo e de outros obreiros na missão deve seguir padrão distinto da formação do pastor. São funções diferentes em essência: o missionário não é um “pastor que trabalha com igreja pequena no interior”.

1.3.1.2. Missiológicos

A formação e reciclagem de pessoal deve ser realizada de acordo com as Bases Missiológicas do PMG da IPI do Brasil.

1.3.1.3. Pedagógicos

Os currículos e programas de formação e reciclagem de pessoal devem ser flexíveis, em função da diversidade de situações a serem atendidas pela Igreja e seus parceiros nos vários âmbitos da atuação missionária.

1.3.2. Recursos e Instituições Educacionais

1.3.2.1. Centros de Treinamento Missionário (CTMs)

Visam a formação de missionários(as) e evangelistas não-ordenados(as), e demais obreiros(as) na área da missão. Funcionam em âmbito regional e oferecem: (1) programas de regime misto (residência e extensão); (2) programas específicos para reciclagem e formação de obreiros(as).

1.3.2.2. Seminários Teológicos da IPIB

Fornecem (1), em convênio com a SMI, programa de complementação de bacharelado, para missionários(as) com formação a nível de Instituto Bíblico/Missionário, com vistas ao aperfeiçoamento dos obreiros(as) em atividade; (2) programas de pós-graduação em missiologia, com vistas à formação de missiólogos(as) e educadores na área da missão.

1.3.3. Currículos e Programas

1.3.3.1. Programa para Formação Permanente

Programa para formação permanente de obreiros, constando de (1) Leituras Dirigidas; (2) Encontros periódicos da SMI; (3) Projetos de Ação; (4) Incentivo à participação em Encontros e Cursos afins.

1.3.3.2. Programa para Formação de Missionários e Evangelistas para campos no Brasil (CTMs).

Programa em regime misto (um ano em residência e três anos em extensão, já no campo de atuação missionária do estudante), e currículo misto (analítico no ano de residência e integrado no período de extensão), em âmbito regional, preparando obreiros(as) para o crescimento e a implantação de igrejas locais e projetos missionários específicos dentro das fronteiras do país.

1.3.3.3. Programa para Formação de Missionários em Trabalho Transcultural (CTM - Cuiabá)

Programa em regime misto (dois anos em residência e dois em extensão - ou no campo missionários transcultural, ou em situação cultural similar), e currículo misto (analítico nos dois anos de residência e integrado nos dois anos em extensão), em âmbito nacional, preparando obreiros(as) para o trabalho missionário transcultural, seja (1) em campos pioneiros; (2) em parceria com outras Igrejas Reformadas e/ou Agências Missionárias.

1.3.3.4. Programa para Formação de Missionários em Trabalho com Povos Indígenas no Brasil (CTM - Cuiabá/Dourados)

Segue o mesmo padrão de Programa para Formação de Missionários em Trabalho Transcultural, com os dois anos em extensão sendo realizados com o (a) candidato(a) atuando junto a um povo indígena, sob a supervisão de missionários da IPIB ou por ela reconhecidos.

1.3.3.5. Programa para Formação de Obreiros e Líderes na Missão, no âmbito das igrejas locais e presbitérios

Programa, de diferentes formas e currículos, promovido e/ou apoiado pela SMI, visando a formação dos vários tipos de obreiros e líderes necessários no trabalho missionário. Por exemplo: (1) Cursos de Evangelismo e Discipulado, promovidos pelo DCII; (2) Cursos Intensivos, promovidos pelo Departamento de Formação e Treinamento de Pessoal - DFTP) - com duração diferenciada, conforme os convênios estabelecidos; (3) Apoio a conferências e consultas missionárias.

1.3.3.6. Programa para Formação de Missiólogos e Educadores em Missão

(1) Os candidatos deverão cursar os programas de pós-graduação oferecidos pelos Seminários da IPIB; ou (2) a SMI apoiará a participação em programas de pós-graduação, no Brasil ou no exterior, a nível de mestrado e/ou doutorado em missiologia.

2. Módulo Prático

2.1. Projetando o futuro: campos e missionários

2.1.1. Áreas de atuação da SMI

- a) Grupos Marginalizados;
- b) Projetos urbanos;
- c) Presbitérios novos ou enfraquecidos;

- d) Convênios e projetos com Sínodos, Presbitérios e igrejas locais;
- e) Convênios e Projetos de cooperação nacional;
- f) Convênios e Projetos de cooperação internacional;
- g) Implantação de igrejas em regiões desprovidas ou carentes de testemunho evangélico.

a) Grupos Marginalizados: meninos de rua, favelas, subúrbios, prostitutas, homossexuais, viciados, idosos, grupos étnicos minoritários, negros, presidiários, portadores de deficiências e do vírus da Aids, etc.

b) Projetos urbanos: hospitais, presídios, escolas, quartéis, fábricas, conjuntos habitacionais e residenciais, conscientização política, associações de bairros, associações esportivas e outras.

c) Consolidação de Presbitérios novos e revitalização de Presbitérios enfraquecidos

d) Convênios e projetos com sínodos, presbitérios e igrejas locais

e) Convênios e projetos de cooperação nacional com outras igrejas e agências missionárias.

f) Convênio e projetos de cooperação internacional: dar continuidade e apoio aos convênios e projetos de cooperação já existentes, podendo desenvolver novos convênios com igrejas e agências missionárias de outros países, preferencialmente da América Latina.

g) Implantação de igrejas em regiões desprovidas ou carentes de testemunho evangélico.

2.1.2. O perfil dos missionários e os critérios para seleção, capacitação (recrutamento, treinamento e reciclagem), envio e manutenção estão definidos no Manual do Missionário anexo a este Plano.

2.1.3. O trabalho dos missionários será avaliado de acordo com os Critérios de Eficácia Evangélica anexos a este Plano.

2.1.4. Dar preferência à formação de equipes para o trabalho nos campos da IPI, levantando os recursos necessários para a realização eficaz da sua tarefa.

2.2. A IPI e a prática missionária

2.2.1. Envolvimento das igrejas locais e concílios, com a nomeação de Secretários de Missões locais, presbiteriais e sinodais. Ênfase no despertar vocacional, na oração em favor dos campos e dos obreiros envolvidos e na associação financeira, propondo atividades como dia de oferta missionária, painéis sobre missões, cursos ministrados pela SMI, etc.

2.2.2. Aperfeiçoamento constante do processo de comunicação entre a SMI e os obreiros nos campos, bem como entre a SMI e os concílios e igrejas locais.

2.3. A SMI e outros organismos da IPI

2.3.1. Ampliar o relacionamento com as demais Secretaria da IPI.

2.3.2. Promover estágios dos seminaristas nos campos missionários.

3. Modulo Administrativo

3.1. Patrimônio

3.1.1. Direcionar recursos para auxílio à construção de templos, casas pastorais, aquisição de terrenos e compra de veículos para os campos.

3.2. Relacionamento com igrejas e agências missionárias

3.2.1. Priorizar relacionamento com Igrejas:

3.2.2. Manter diálogo com agências missionárias no Brasil ou no exterior, podendo associar-se a algumas delas de acordo com interesses mútuos e afinidades teológicas e missiológicas;

3.2.3. Cadastrar e acompanhar os membros da IPI que trabalham em outras agências missionárias, visando aproveitá-los, quando possível, nos quadros e projetos da SMI.

3.2.4. O relacionamento com missionários de outras igrejas ou agências missionárias, a serviço da SMI, será definido de acordo com os termos de convênios especialmente elaborados para essa finalidade. O mesmo se aplica aos missionários da IPI, a serviço de outras igrejas ou agências missionárias.

3.3. Relacionamento com a Missão Caiuá

3.3.1. Indicar ao Supremo Concílio os representantes da IPI na Missão Caiuá.

3.3.2. Os representantes da IPI na Missão Caiuá deverão comparecer às reuniões da SMI quando convocados e prestarão relatórios sempre que solicitados.

3.3.3. Apoiar os missionários da IPIB que trabalham naquela missão.

3.4. Regimento Interno

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE MISSÕES
DA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DO BRASIL

CAPITULO I - DA NATUREZA, SEDE E FINS

Art. 1º - A Secretaria de Missões é uma das Secretarias que compõem a estrutura organizacional da IPI do Brasil, conforme aprovado pelo Supremo Concílio da IPIB na sua Reunião Ordinária em Mariápolis em 17/02/91.

Art. 2º - A Secretaria de Missões, a seguir designada apenas SMI, tem sua sede na cidade de Londrina, PR.

Art. 3º - A SMI tem por finalidade:

- a) A promoção e expansão do Reino de Deus no Brasil e no exterior;
- b) Elaborar, administrar e dar expressão a todo o projeto missionário da IPIB;
- c) Superintender, estruturar e desenvolver todo o trabalho missionário da IPIB.

CAPITULO II - DA COMPOSIÇÃO, REUNIÕES E QUADRO DE PESSOAL

Art. 4º - O Supremo Concílio designará os membros que comporão a SMI.

Parágrafo Único - A SMI poderá propor ao Supremo Concílio a inclusão ou substituição de membros.

Art. 5º - O Secretário de Missões terá como atribuições:

- a) Convocar e moderar as reuniões da SMI;
- b) Representar a SMI nas reuniões da Comissão Executiva;
- c) Representar a SMI na Secretaria de Relações Intereclesiásticas;
- d) Representar a SMI junto a órgãos e entidades missionárias, nos eventos para os quais a mesma for convidada a participar;
- e) Delegar representação.

Art. 6º - A SMI elegerá anualmente o Sub-Secretário de Missões e o Redator de Atas e contratará Secretário Executivo e outros funcionários que considerar necessário.

Art. 7º - Compete ao Sub-Secretário substituir o Secretário.

Art. 8º - Compete ao Redator de Atas:

- a) Lavrar as Atas das reuniões da SMI, bem como ter sob sua guarda os livros de atas;
- b) Substituir o Sub-Secretário em seus impedimentos.

Art. 9º - Compete ao Secretário Executivo:

- a) Desempenhar as funções e atribuições que lhe forem delegadas pela SMI;
- b) Supervisionar os missionários para o fiel cumprimento de suas atribuições e atividades;
- c) Manter a correspondência, documentação e arquivos em dia.
- d) Gerenciar as atividades do Escritório.
- e) Assinar documentos pertinentes, como movimentações financeiras, junto com um outro membro da diretoria ou da equipe da SMI.

Art. 10 - A SMI poderá contratar supervisores de campos, para acessar o Secretário Executivo na supervisão dos campos missionários.

Art. 11 - A diretoria da SMI reunir-se-á pelo menos 3 (três) vezes ao ano .

Parágrafo Único: O quorum das reuniões será de metade dos membros da diretoria.

CAPITULO III - DOS DEPARTAMENTOS

Art. 12 - A fim de melhor desenvolver o seu trabalho e atingir seus objetivos, a SMI atua através dos seguintes departamentos:

- a) Missões Inter-Culturais;
- b) Missões Transculturais;
- c) Crescimento Integral de Igrejas;
- d) Formação e Treinamento de Pessoal;
- e) Comunicação e Promoção;
- f) Departamento Vocacional;
- g) Outros que se fizerem necessários.

Art. 13 - O Departamento de Missões Inter-Culturais se ocupará do trabalho missionário em território nacional.

Art. 14º - O Departamento de Missões Transculturais se ocupará do trabalho missionário junto a grupos étnicos específicos.

Art. 15º - O Departamento de Crescimento Integral de Igrejas se ocupará em dar apoio às igrejas locais e concílios nas áreas de treinamento para a evangelização e discipulado.

Art. 16º - O Departamento de Formação e Treinamento de Pessoal se ocupará da formação e reciclagem de pessoal, no atendimento dos objetivos do Plano Missionário Global.

Art. 17º - O Departamento de Comunicação e Promoção se ocupará de:

- a) Levar à toda Igreja as informações referentes ao trabalho da SMI, divulgando suas atividades e projetos;
- b) Publicar material de divulgação e inspiração relacionado com a vida e a missão da Igreja: boletins, jornais, periódicos, folhetos, revistas, etc;
- c) Promover o intercâmbio de experiências com as igrejas locais e concílios, bem como com entidades congêneres à SMI, através de correspondências, visitas de missionários, encontros, palestras, etc;
- d) Promover congressos sobre missão da Igreja, de âmbito denominacional, bem como oferecer subsídios para igrejas locais e concílios promoverem seus próprios eventos:

Art. 18º - O Departamento de Departamento Vocacional se ocupará de estimular vocações no âmbito da IPI do Brasil, visando a obra missionária.

CAPÍTULO IV - DOS OBREIROS

Art. 19º - A obra missionária nos campos já existentes ou que vierem a existir será executada por homens e mulheres de reconhecida vocação, piedade e zelo cristão. Seu perfil, responsabilidade e direitos são determinados pela SMI, de acordo com suas necessidades e os princípios do PMG, e constam do Manual do Missionário.

CAPITULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19º - Os membros da SMI não receberão qualquer remuneração, dividendo ou lucro pelo exercício de suas funções.

Art. 20º - O presente Regimento Interno poderá ser reformado por decisão da maioria absoluta da SMI, homologada pelo Supremo Concílio da IPI do Brasil, através de sua Comissão Executiva.

Art. 21º - O presente Regimento Interno, aprovado pela SMI, entrará em vigor na data de sua homologação pelo Supremo Concílio da IPI do Brasil.

Art. 22º - Os casos omissos nesse Regimento Interno serão resolvidos pela diretoria da SMI.

4. Módulo Financeiro

4.1. Orçamento

A SMI fará orçamentos anuais com revisões periódicas.

4.2. Dotações da Tesouraria da IPIB

A Comissão Executiva dotará verbas para a manutenção da obra missionária.

4.3. Envolvimento com Empresários

Incentivar empresários a participarem de empreendimentos de captação de recursos para sustento da obra missionária da IPIB.

4.4. Fundo de Assistência ou Filiação a Convênio já existente

Deverão ser empreendidos estudos para a viabilização de um tipo de convênio médico hospitalar em grupo, voltado para o atendimento dos missionários da IPIB e suas famílias.

Londrina, 1º de Março de 1996

Rev. Gerson Mendonça de Anunciação
Secretário de Missões da IPIB

Rev. Ademar Rogato
Relator de Atas da SMI